

SALÃO UFRGS 2013

14º SALÃO DE EXTENSÃO

Execução de Medidas Compensatórias aos Quilombolas de Morro Alto (Maquiné/Osório, RS): Obras de Duplicação da BR-101.

As obras de duplicação da BR-101 ocorrem no Rio Grande do Sul atingindo diversas comunidades locais, dentre as quais estão os negros de Morro Alto. A equipe do LAE-UFRGS assumiu o compromisso de executar medidas compensatórias pelas obras de duplicação da BR-101 sobre os quilombolas de Morro Alto, envolvendo a atuação antropológica em atividades que não são reconhecidas como plenamente legítimas, segundo uma perspectiva acadêmica que se quer distanciada da antropologia aplicada e da antropologia engajada.

O Programa de Aceleração do Crescimento veio para atropelar o processo de regularização fundiária e de reconhecimento dos direitos diferenciado dos quilombolas de Morro Alto, fazendo tramitar em instâncias e órgãos isolados tais processos, permitindo aos órgãos de licenciamento (IBAMA) e de execução das obras (DNIT) delegarem ao INCRA as responsabilidades que deveriam ser compartilhadas por todos as instituições do Poder Público.

Foi necessária a intervenção do Ministério Público Federal através de uma Ação Civil Pública, para que o DNIT assumisse parte da responsabilidade federal pelos impactos gerados sobre tais comunidades pelos projetos de desenvolvimentos nos últimos setenta anos. Isso ocorreu numa fase em que as obras de duplicação da rodovia já estavam em estágio avançado de realização, exacerbando o quadro de conflito sobre a terra, porque promoveu um crescimento populacional de ocupantes não-quilombolas e porque promoveu uma valorização da terra, dificultando enormemente o trabalho realizado de forma morosa pelo INCRA.

Os ancestrais dos negros de Morro Alto possuem uma antiga história na região do litoral do Rio Grande do Sul, outrora distribuídos em diversas localidades que se integravam cultural e socialmente (celebrações religiosas, mutirões, alianças matrimoniais e.), assentados em grupos locais compostos por negros escravos libertos, fugidos e os que se mantiveram enquanto serviçais aliados de tropeiros e de alguns fazendeiros antigos da região. Essa diversidade de situações produziu o surgimento de um grande conjunto de comunidades específicas até que quase todas desaparecessem, suprimidas pela expropriação privada da terra ocorrida acentuadamente a partir da metade do século XX. Na região de Morro Alto, os negros mobilizaram-se politicamente na primeira metade da década de 1960, suas lideranças foram reprimidas e presas pelos militares depois de 1964; até que retomaram a reivindicação de seus direitos quilombolas desde o início da década de 1990 (BARCELLO; CHAGAS e BALEN, 2004), quando o processo de regularização fundiária iniciou a tramitar junto ao INCRA.

Uma década passou-se e os grupos locais negros de Morro Alto ainda não conseguiram fazer evoluir a tramitação de seu pleito territorial junto ao Estado brasileiro. Nem mesmo ocorreu ainda a publicação do Relatório Técnico de

Identificação e Delimitação (RTID) pelo INCRA, peça burocrática fundamental para que se torne público e formalmente reconhecido que o Estado está envolvido no processo de reconhecimento dos direitos quilombolas em Morro Alto.

Neste quadro, a duplicação da BR-101 na região de Morro Alto “atropelou” o já bastante conturbado processo etnicossocial (ou situação histórica; ou sistema interétnico) lá existente e a equipe do LAE-UFRGS foi chamada a contribuir em caráter paliativo e emergencial, na medida em que as obras não pararam, enquanto a solução fundiária em favor dos coletivos negros é postergada pelo Estado brasileiro para o futuro. Ingressamos nesse processo, cientes de que não há como compensar os grupos locais negros da região por todos os danos pregressos e atuais que vem sofrendo, mas é importante aproveitar a conjuntura histórica atual para tornar reconhecidas todas essas contradições e para avaliar o poder de interferência que o trabalho antropológico possui no trato das demandas quilombolas que foram impactadas pelas obras de engenharia.

Através dessa exposição, compartilharemos a experiência da equipe neste caso e traçaremos comparações com outras situações de efeitos provocados por grandes obras sobre grupos locais e seus recursos ambientais. Foram elaborados planos de ações, que demonstram a perspectiva otimista e a capacidade de mobilização dos quilombolas na construção de seu futuro coletivo e sustentável, em substituição ao padrão neoliberal de desenvolvimentismo destrutivo, privado, competitivo e individualista.

Contribuímos à integração dos quilombolas no processo de dinamização da economia local, principalmente através do estímulo às atividades artesanais (técnicas locais e outras novas apreendidas) voltadas ao interesse turístico, participação em feiras e cursos voltados à formação artesanal, à produção agropecuária voltada ao sustento familiar e atendendo critérios ecológicos.

Apesar dos planos de ação estarem vinculados à um projeto pontual de compensação, ele se instaurou como produto dialógico, de interação íntima dos membros da equipe com os quilombolas e da supervisão contínua através das lideranças articuladas em torno da Associação Quilombola Rosa Osório Marques (ACROM). Dessa forma, a execução dos projetos, poderá auxiliar na constituição de ações que consolidem: a mobilização dos quilombolas na autogestão do território que estão por recuperar; na construção de um futuro de renovação de sua autodeterminação; no seu desenvolvimento sustentável; na elevação da auto-estima e na manutenção de seus usos, valores e costumes enquanto coletivo afrobrasileiro tradicional do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.